



—* continuação

CENTRAIS EÓLICAS SERRA DO ESPINHAÇO S.A.

(Companhia em fase pré-operacional) - CNPJ 12.049.958/0001-56

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2013 Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma

Dentre os investimentos incorridos estão valores para a compra de aerogeradores, obras civis e gastos diversos com a construção do parque eólico que serão utilizados antes de sua entrada em operação. De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019/1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do órgão regulador. A Companhia não identificou indícios de perda do valor recuperável de seus ativos imobilizados.

5. Fornecedores:

	31/12/2013	31/12/2012
Fornecedores	33.564	3.902

O saldo de fornecedores em 31 de dezembro de 2013 refere-se, basicamente, a valores a pagar aos fornecedores de equipamentos e materiais para construção do parque eólico.

6. Financiamentos:

	31/12/13	31/12/12
Encargos Principal	Encargos Principal	
Notas promissórias - Itaú Unibanco	507	33.000
BNDES - ponte (TJLP + 2,94% a.a.)	721	17.000
	1.228	50.000

Movimentação:

	31/12/13	31/12/12
Saldo Inicial	1.803	1.803
Financiamentos obtidos	60.200	1.800
Encargos financeiros capitalizados	1.425	3
Encargos financeiros pagos	(200)	—
Amortização de financiamento	(12.000)	—
Saldo final	51.228	1.803

Notas promissórias: Em 05 de novembro de 2013, a Companhia emitiu notas promissórias comerciais, para distribuição pública com estornos restritos de colocação, no montante de R\$21.000 e nos termos da instrução CVM nº 476. Sobre as notas promissórias incidem juros remuneratórios estabelecidos com base na variação acumulada de 100% das taxas médias diárias da DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra grupo", acrescida exponencialmente de spread de 0,98% a.a. O vencimento das notas promissórias comerciais é de 180 (cento e oitenta) dias contados das respectivas datas de emissão, ou na data de desembolso do contrato de financiamento de longo prazo a ser assinado entre o BNDES e a Companhia. As notas promissórias possuem garantia fidejussória pela Companhia por meio de aval da controladora Renova Energia S.A. para a totalidade das obrigações a serem assumidas pela Companhia. Os recursos serão destinados à implementação do parque eólico Serra do Espinhaço. **BNDES (Curto Prazo):** Em 07 de junho de 2013, a Companhia assinou contrato de financiamento com o BNDES, no montante de R\$11.000. Os recursos deste financiamento são destinados à implantação do parque eólico Serra do Espinhaço. O vencimento do principal da dívida decorrente deste Contrato será pago ao BNDES em prestação única em 15 de junho de 2014, ou na data de desembolso do contrato de financiamento de longo prazo a ser assinado entre o BNDES e a Companhia. São garantias do financiamento o penhor de ações da controladora Renova Eólica Participações S.A., Sobre o principal da dívida incidirão juros de 2,98% ao ano mais TJLP. Esta operação estabelece que o Índice (patrimônio líquido/ativo total) da controladora Renova Energia S.A. deve ser igual ou superior a 0,25. Em 31 de dezembro de 2013 esse índice foi atingido.

7. Patrimônio Líquido: Capital social: A Renova Eólica Participações S.A. é o acionista controlador da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e de 2012. Até 31 de outubro de 2012 e em 31 de dezembro de 2011, a Companhia era controlada diretamente pela Renova Energia S.A., que naquela mesma data, aumentou o capital social na Renova Eólica Participações S.A. através da transferência da totalidade das ações da Companhia. O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 é de R\$6.172, e está representado por 6.172.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. **Transformação do tipo jurídico:** Em 31 de outubro de 2012, os acionistas da Companhia deliberaram transformar o tipo jurídico de sociedade empresarial limitada em sociedade por ações, de capital fechado. **Integralização de capital:** Em 31 de dezembro de 2011, o capital social da Companhia era de R\$100 (cem reais). Em 30 de maio de 2012, os acionistas da Companhia aprovaram o aumento de capital em R\$1.539, correspondente à emissão privada de 1.538.584 novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. O capital social da Companhia passou de R\$100 (cem reais) para R\$1.539. Em 31 de dezembro de 2012, os acionistas da Companhia aprovaram o aumento de capital em R\$4.633, correspondente à emissão privada de 4.633.316 novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. O capital social da Companhia passou de R\$1.539 para R\$6.172. **Reserva de capital:** Na conta de reserva de capital, a Companhia reconheceu os custos dos serviços prestados em acordos firmados com os executivos do Grupo Renova (Companhias controladas direta ou indiretamente pela Renova Energia S.A.) através de pagamentos baseado em ações da sua controladora indireta Renova Energia S.A..

Apropriação do lucro: De acordo com o estatuto social da Companhia, as importâncias apropriadas à reserva de lucros são determinadas como segue: **a) Reserva legal:** A reserva legal é constituída com a destinação de 5% do lucro líquido, até alcançar o limite de 20% do capital social, e sua utilização está restrita à compensação de prejuízos, após terem sido absorvidos os saldos de lucros acumulados e das demais reservas de lucros, e ao aumento do capital social a qualquer momento a critério da Companhia. **b) Dividendos:** Aos acionistas é assegurado o pagamento de dividendos mínimos obrigatórios correspondentes a 1% do lucro líquido, após serem observados os prejuízos acumulados. **Recursos para futuro aumento de capital:** Os adiantamentos para futuro aumento de capital, de acordo com contrato, possuem características de irrevogabilidade e irretroatividade e minuta com quantidade fixa de ações a serem adquiridas. Desta forma a Companhia classificou esse adiantamento para futuro aumento de capital dentro do seu patrimônio líquido. Esses recursos foram aportados pela controladora Renova Eólica Participações S.A.

	31/12/2013	31/12/2012
8. Despesas:		
Serviços de terceiros	(143)	—
Aluguéis e arrendamentos	(42)	—
Outras	(6)	(4)
Total	(191)	(4)

9. Resultado Financeiro:

	31/12/2013	31/12/2012
Receitas financeiras	60.200	1.800
Rendimentos de aplicações financeiras	—	18
Despesas financeiras	(200)	—
Outras despesas financeiras	(3)	(5)
Total	(4)	(19)

10. Imposto de Renda e Contribuição Social:

Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social (194)
Alíquota combinada do imposto de renda e contribuição social 34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação 66
Efeito dos impostos diferidos não reconhecido sobre:
Prejuízo fiscal e base negativa (66)
Imposto de renda e contribuição social registrado no resultado —
A Companhia não apurou lucro tributável no exercício. O imposto de renda e a contribuição social com base no lucro real são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. Conforme facultado pela legislação tributária, em 2012 a Companhia optou pelo regime de tributação com base no lucro presumido para o imposto de renda e a contribuição social, conforme quadro a seguir:

	Imposto de renda e contribuição social
	31/12/12
Alíquota efetiva - 24% (15% de IRPJ e 9% de CSLL)	18
IRPJ e CSLL no resultado	24%
Neste regime, a base de cálculo do imposto de renda é calculada à razão de 8% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares de 15%, acrescida do adicional de 10%, para o imposto de renda. A base de cálculo da contribuição social é calculada à razão de 12% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam a alíquota regular de 9%. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber/compensar esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.	(4)

Receitas financeiras**Base de cálculo**

Alíquota efetiva - 24% (15% de IRPJ e 9% de CSLL)

IRPJ e CSLL no resultado

Neste regime, a base de cálculo do imposto de renda é calculada à razão de 8% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares de 15%, acrescida do adicional de 10%, para o imposto de renda. A base de cálculo da contribuição social é calculada à razão de 12% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam a alíquota regular de 9%. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber/compensar esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

11. Instrumentos Financeiros: A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégia operacional e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. Os resultados obtidos com estas operações estão de acordo com as práticas adotadas pela Administração da Companhia. **a) Risco de Mercado:** O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impactos a praticamente todos os setores e, portanto representam fatores de riscos financeiros. O financiamento captado pela Companhia possui como contraparte o BNDES. As regras contratuais para os passivos financeiros criam riscos atrelados a essas exposições. Em 31 de dezembro de 2013 a Companhia possui um risco de mercado associado à TJLP. Como riscos de mercado associados à taxa de juros, atribuímos a TJLP, levando em consideração

que a economia brasileira apresenta um panorama favorável ao crescimento sólido e investimentos voltados para a infraestrutura. **b) Análise de sensibilidade:** A tabela a seguir detalha a sensibilidade da Companhia à variação de 10% da exposição às taxas de rendimentos e de juros dos instrumentos financeiros para 31 de dezembro de 2013. O percentual de 10% é a taxa média de sensibilidade utilizada para apresentar internamente os riscos ao pessoal-chave da Administração e corresponde à avaliação da Administração das possíveis mudanças destas taxas. A análise de sensibilidade incluiu aplicações financeiras e financiamento com terceiro. Para os passivos com taxas pós-fixadas, a análise é preparada assumindo que o valor do passivo em aberto no final do exercício esteve em aberto durante todo o exercício. Um número negativo indica uma redução no resultado e no patrimônio.

	Risco	Impacto no resultado e patrimônio
Ativo financeiro		
Aplicações financeiras	Baixa do CDI	(158)
Passivo financeiro		
Financiamentos		
Notas promissórias	Alta do CDI	(271)
Contratos BNDES	Alta da TJPL	(69)
Total		(518)

c) Risco de liquidez: O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. A Administração da Companhia somente utiliza linhas de créditos que possibilitem sua alavancagem operacional. Conforme mencionado na nota explicativa 1, em 31 de dezembro de 2013 a Companhia apresenta capital circulante líquido negativo e dependerá de recursos de acionistas e/ou financiamentos de terceiros para conclusão de seus compromissos de construção dos parques eólicos. **d) Operações com instrumentos financeiros derivativos:** Não houve operações de instrumentos financeiros derivativos nos exercícios apresentados. **e) Gestão de capital:** Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar sua capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. **f) Risco da escassez de vento:** Esse risco decorre da possibilidade da falta de vento ocasionada por fatores naturais, o qual é minimizado em função das "jardins de vento" do Brasil estar entre as melhores do mundo, pois, além de contar com alta velocidade, os ventos são considerados bem estáveis, diferentes de certas regiões da Ásia e dos Estados Unidos, sujeitas a ciclones, tufões e outras turbulências. **g) Valor justo dos instrumentos financeiros:** Os valores contábeis dos instrumentos financeiros da Companhia se aproximam dos seus valores justos e o nível de risco dos instrumentos financeiros mensurados a valor justo representados por aplicações financeiras foram classificados como nível 2. O nível 2 é caracterizado como sem mercado ativo. Para um instrumento financeiro que não tenha mercado ativo o valor justo é apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreciação. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outros instrumentos que sejam substancialmente o mesmo. **12. Cobertura de Seguros:** O quadro a seguir apresenta os principais valores em risco com coberturas de seguros contratados pela Companhia:

	Importância	Vigência
Objeto da garantia	segurada	Início Fim Segurado
Garantia de execução do fiel cumprimento de implantação (LEN 2011)	R\$3.459	05/12/2011 01/06/2014
13. Transações não Envolvendo Caixa: Durante o exercício de 2013 e 2012, a Companhia realizou as seguintes operações não envolvendo caixa, portanto essas transações não estão refletidas na demonstração dos fluxos de caixa:		
	31/12/2013	31/12/2012
Encargos financeiros capitalizados	1.425	—
Integralização de capital com ativo imobilizado pago pela sua controladora	—	927
Adição de imobilizado através do reconhecimento de pagamento baseado em ações de sua controladora indireta (Renova Energia)	—	9
Aquisição de imobilização em aberto junto a fornecedores	33.564	3.902
Rendimentos financeiros capitalizados	(346)	—
Integralização de capital com saldo de partes relacionadas	—	324

	Contador
	Reinaldo Cardoso da Silveira
	CRC 014311-BA

	Diretoria
	Carlos Mathias Aloysius Becker Neto
	Diretor Presidente
	Ney Maron de Freitas
	Diretor Técnico-Operacional e Diretor Administrativo e Financeiro

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Examinamos as demonstrações financeiras da Centrais Eólicas Serra do Espinhaço S.A. ("Companhia"), em fase pré-operacional, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com

o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e

financeira da Centrais Eólicas Serra do Espinhaço S.A. em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Sem modificar nossa opinião, conforme descrito nas notas explicativas nºs 1 e 4 as demonstrações financeiras, a Companhia vem aplicando recursos significativos em obras de infraestrutura e na aquisição de bens destinados à produção de energia. De acordo com as projeções da administração, esses valores serão absorvidos pelas receitas de operações futuras. Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia encontrava-se em fase pré-operacional e, para a finalização do projeto, objetivando o cumprimento dos compromissos de venda de energia já assumidos, dependerá de recursos dos acionistas e/ou financiamentos de terceiros.

Pinádi, 17 de fevereiro de 2014

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

CRC: nº 2SP 011.609/O-8-7º BA

José Luiz Santos Vaz Sampaio

Contador

CRC - BA 015.640/O-3

Deloitte.